



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Há dias, o Governo publicou as informações pormenorizadas sobre os imóveis que está a arrendar, incluindo escritórios, lugares de estacionamento, armazéns, etc., totalizando uma área útil de 270 mil metros quadrados de propriedades privadas. Em Dezembro do ano passado, as rendas atingiam o valor de 61,75 milhões de patacas, prevendo-se que a renda mensal orçamentada para este ano ultrapasse 90 milhões de patacas. Os serviços públicos estão concentrados nos edifícios *Dynasty Plaza*, *China Plaza* e *Hot Line*, e a diferença de renda por pé quadrado é muito grande, atingindo 40 a 50 patacas, ou seja, um preço mais elevado do que o praticado no mercado, e esta diferença de rendas, provavelmente, resulta de contratos de arrendamento celebrados em tempos diferentes, por isso, o Governo deve esclarecer a razão pela qual as rendas são mais elevadas do que o preço praticado no mercado.

Por outro lado, as fracções que o Governo arrenda em edifícios industriais são usadas para armazém, com uma área útil total de 60 mil metros quadrados. Em Dezembro do ano passado, as rendas eram de 6,68 milhões de patacas e, neste momento, o Governo também enfrenta o aumento dessas rendas. A antiga sede do Gabinete de Comunicação Social, no Largo de S. Domingos, e o antigo edifício do Tribunal já estão desocupados há muito tempo; e, quanto às fracções de sete edifícios na Rua da Ribeira do Patane e



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

do 2.º andar do Centro de Serviços da RAEM na Areia Preta, o Governo paga rendas enquanto não as ocupa, o que é um desperdício do erário público. O Governo deve transformar em armazéns as fracções arrendadas que não são adequadas para a instalação de escritórios, a fim de reduzir as despesas com o arrendamento. Vai fazê-lo?

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Com o constante aumento das despesas com o arrendamento de fracções de edifícios comerciais, são cada vez mais as vozes que apelam à construção de edifícios para os órgãos administrativos e judiciais. Na reunião com a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas, o Governo revelou que o grupo interserviços planeia construir edifícios para órgãos administrativos, armazéns e lugares de estacionamento na zona de aterros existente (não nos terrenos recuperados) nas proximidades do Terminal Marítimo de Pac On, mas ainda não divulgou quaisquer planos concretos. O Governo deve construir, quanto antes, edifícios para órgãos administrativos e desistir do respectivo arrendamento. Assim, o Governo dispõe de algum plano de pormenor para o efeito, incluindo a localização, a área de construção e a respectiva calendarização?

2. As rendas de algumas fracções que o Governo arrenda são mais elevadas do que o preço praticado no mercado, rendas estas que até tendem a aumentar. Registam-se situações em que algumas propriedades do Governo estão desocupadas e outras, em que o Governo arrenda fracções mas não as



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ocupa e isto demonstra a má utilização e gestão das fracções públicas, por isso, há que fazer uma revisão global e esclarecer o público sobre as respectivas razões, bem como divulgar o ponto de situação da desocupação das propriedades do Governo e das fracções arrendadas, a fim de assegurar a utilização racional do erário público e das propriedades do Governo. O Governo deve esclarecer o público sobre as razões das rendas serem mais elevadas do que o preço praticado no mercado, e deve ainda definir planos de melhoria e de acompanhamento, para que algumas fracções desocupadas se transformem em armazéns. Vai fazê-lo?

3. Segundo o orçamento do Governo, as despesas com a locação de bens imóveis dos serviços autónomos estão incluídas nas suas próprias despesas, e as dos serviços não autónomos e dos serviços com autonomia administrativa estão incluídas nas “despesas públicas”. No futuro, as despesas com a locação de bens imóveis de cada serviço devem passar a ser incluídas nas despesas orçamentadas dos próprios serviços, a fim de reflectir as despesas reais de cada um deles. O Governo vai fazer isso?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Chan Meng Kam

11 de Fevereiro de 2016